

## EXERCENDO O DIREITO DE COMUNICAR

---

Cristiane Oliveira Reimberg

Doutoranda e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Especialista em Jornalismo Social pela PUC/SP. Jornalista graduada pela Faculdade Cásper Líbero. Membro do Grupo de Pesquisa “Jornalismo e a Construção da Cidadania”.

### **Resumo**

Este artigo reflete sobre o direito à comunicação, pontuando experiências de comunicação popular em movimentos ligados à Igreja Católica e também aos trabalhadores. Essas ações de comunicação contribuem para a disseminação de outros direitos, como a saúde do trabalhador, no caso sindical, e a busca por melhores condições de vida, no caso das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).

**Palavras-chave:** Direito; Comunicação; Igreja; Sindicatos.

### **Abstract**

This paper reflects about the right to communication. It shows popular communication experiences in movements linked to the Catholic Church and also to workers. These communication actions contribute to disseminate other rights such as worker health in the case of labor unions and the search for better living conditions in the case of “CEBs” (Base Ecclesial Communities).

**Keywords:** Right; Communication; Church; Unions.

### **Resumen**

Este artículo reflexiona sobre el derecho a la comunicación, mostrando las experiencias de comunicación popular en movimientos vinculados a la Iglesia Católica y también a los trabajadores. Estas acciones de comunicación contribuyen a la propagación de otros derechos como la salud del trabajador, en el caso de los sindicatos, y la búsqueda de mejores condiciones de vida en el caso de las “CEBs” (Comunidades Eclesiales de Base).

**Palabras clave:** Derecho; Comunicación; Iglesia; Sindicatos.

### **Introdução**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, afirma no Artigo XIX que “toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. O tema é aprofundado pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966. Nele, acrescenta-se que esse direito à expressão pode ser “verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou qualquer outro meio de sua escolha”.

Esse direito tem se concretizado em algumas experiências de comunicação popular e sindical. É a prática do direito à comunicação, que ultrapassa o direito à informação, garantindo a grupos antes excluídos o direito a se expressar e a se comunicar, inclusive com acesso aos diferentes meios para isso. Assim movimentos sociais, utilizando o direito de comunicar, mobilizaram ações e possibilitaram a luta pela efetivação de outros direitos, bem antes do advento da internet.

Como avalia Peruzzo (1998, p.302), a busca pelo alargamento da cidadania pelos movimentos sociais pode ser impulsionada pela comunicação popular, que surge “como uma necessidade e se realiza articulada às práticas sociais. Ela contribui com maior ou menor intensidade para a democracia, dependendo dos instrumentos, das formas e da metodologia que utiliza”.

### ***A Igreja Católica e as mobilizações para comunicar***

No momento em que o Pacto foi lançado, o Brasil vivia sob uma ditadura militar, e os direitos civis e políticos eram limitados. A liberdade de expressão e de receber e difundir informações eram cerceadas, mas o país vivia movimentações contra isso, como a imprensa alternativa. Nos anos 70, apesar da repressão, também há a criação de vários centros de documentação, educação popular e comunicação, apoiados pela Igreja Católica, para “uma educação popular mais comprometida com” a conscientização, que produziam:

folhetos, cadernos de estudo, material para reflexão, cartazes, volantes, audiovisuais, filmes, programas de rádio, etc., material para grupos de mães, favelados, operários, comissões de direitos humanos, alfabetização, etc., além de um material novo para as campanhas, novenas, festas litúrgicas, etc. (FESTA, 1986, p. 18)

Essa ação que comunica, educa e liberta tem raízes no trabalho realizado por Paulo

EXERCENDO O DIREITO DE COMUNICAR

---

Freire. Os círculos de cultura iniciados pelo educador no final dos anos 50 e início dos anos 60 no Nordeste influenciaram a criação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) a partir de 1963 (PUNTEL, 1994, p.213-215), mesmo depois de ele ser exilado. As CEBs foram um dos espaços em que a comunicação popular passou a se desenvolver. Segundo Soares (1988, p.353), com base nas teorias de Paulo Freire, buscava-se a “comunicação social como meio adequado de diálogo e participação”.

Essa prática também se reforça a partir de alguns documentos construídos na América Latina. Segundo Frei Betto (1981, p.22) a renovação iniciada pelo Vaticano II ganha efeito com a reunião de Medellín, em 1968: “A Igreja passou a ser ‘a voz dos que não têm voz’, emprenhando-se resolutamente na campanha de denúncia às torturas e pela defesa de direitos humanos”. Além disso, tornou-se “espaço de organização e mobilização”.

No entanto, Puntel (1994, p.25) avalia que “Medellín revela uma postura ingênua e um encantamento diante das novas tecnologias de comunicação”, apesar de despertar uma nova mentalidade comunicacional. Já em Puebla, no ano de 1979, a autora vê um avanço ao se denunciar “o controle e a manipulação ideológica exercidos através da mídia pelos grupos de poder político e econômico” e a ênfase na “comunicação popular como um processo alternativo, levando em conta um procedimento dialogal e participativo de comunicação”.

A Igreja passa a incentivar, a patrocinar, a respaldar experiências de comunicação do próprio povo. Facilita de modo que os seus meios de comunicação sejam voz dos que não têm voz e cria condições para que o povo de Deus, organizado em comunidades, passe a ter voz através dos seus próprios meios populares de comunicação, rompendo o silêncio milenar a que esteve condenado o nosso povo. (MARQUES DE MELO, 1985, p.63)

Na época, outra importante discussão sobre o direito de comunicar era a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), fruto da mobilização nos anos 70 de países considerados de terceiro mundo, que reivindicavam “a reestruturação dos padrões internacionais de comunicação” em busca de “condições de igualdade entre as nações desenvolvidas e aquelas em vias de desenvolvimento”. A partir desse debate, a Unesco publicou em 1980 o Relatório MacBride, que reconheceu o “descompasso no fluxo de informações” e pretendia democratizar a comunicação. Assim recomenda o estabelecimento de políticas de comunicação nacional, com o acesso e participação das pessoas como agentes ativos. É a defesa de uma comunicação alternativa e horizontal, do exercício do direito de comunicar. (PUNTEL, 1994, p.15-16)

Na prática, essas experiências deram voz ao povo. Puntel (1994, p.241-242) conta um pouco da história do CEMI (Centro de Comunicação de São Miguel), em São Paulo, para articular trabalhos pastorais em 1983. Produzia o jornal mensal *Grita Povo!*, que falava tanto dos problemas sociais locais como de ações pastorais. Essa publicação é estudada

EXERCENDO O DIREITO DE COMUNICAR

---

por Gomes (1987), que avalia o *Grita Povo!* como um projeto de comunicação popular, jornalismo popular e jornalismo católico. Havia “um referencial alternativo de enfrentamento com a lógica de dominação do sistema capital”, e o jornal se colocava a serviço de pastorais sociais como a operária, o movimento dos sem terra, a luta por direitos humanos (1987, p.14).

Soares (1994, p.267-269), por sua vez, pesquisou a comunicação “de resistência” no movimento popular ligado à Igreja no início dos anos 90 e concluiu que esse tipo de comunicação continua existindo nas CEBs e no movimento popular, caracterizando-se por produções compromissadas com os interesses dos mais pobres, das minorias étnicas e sociais. Havia uma aproximação com fóruns que discutem políticas de comunicação, uso de técnicas radiofônicas e de vídeos. Para o autor, a comunicação popular cria uma consciência na comunidade e apesar do movimento conservador se expandir pela Igreja Católica, essa comunicação se mantém atuante, mas desarticulada. Falta ampliar o seu público, sendo a exceção projetos ligados às carências emergenciais de setores específicos, como ecologia, saúde pública, criança de rua.

**Comunicação e trabalhadores**

Essa mobilização também pode ser vista nas experiências sindicais. O uso da comunicação pelos trabalhadores tem uma longa história. Hime (1996, p.43) destaca a existência de vários nomes utilizados para falar do jornalismo feito pelo ou para o trabalhador: imprensa operária, imprensa sindical e imprensa do trabalhador, optando pela terceira denominação, por considerá-la mais abrangente.

Ferreira (1988) usa o termo imprensa operária e a divide em três etapas: anarcosindicalista – início da urbanização no Brasil no século XIX, acabando entre 1922 e 1930; sindical-partidária – começa com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e termina com o Golpe de 1964, é marcada tanto pelo PCB quanto pelo advento do getulismo, que passa a controlar os sindicatos; e sindical – a partir da reorganização dos trabalhadores ainda durante a ditadura militar, com a luta contra o arrocho salarial e a falta de liberdade, até a época do lançamento do texto, 1988.

(...) a imprensa sindical, que nasce e se fortalece no meio operário brasileira, é relativamente recente; ela nasce a partir de meados da década de 70, quando se inicia o processo de enfrentamento do sistema pelas vias legais, fortalecendo-se nos primeiros anos da década de 80. Hoje, apresenta-se bem desenvolvida.

(...) é feita em gráficas pertencentes a sindicatos ou é encomendada a empresas profissionais. Algumas dessas empresas são especializadas em imprensa sindical, como é o caso da Oboré. Do ponto de vista da elaboração intelectual do jornal, também existe uma mudança notável: já não é o operário ou o intelectual diretamente ligado ao meio operário aquele que faz a notícia, é um jornalista

EXERCENDO O DIREITO DE COMUNICAR

---

profissional, assalariado, geralmente trabalhador da empresa gráfica, ou um jornalista profissional, funcionário do sindicato, o responsável pelo jornal. (FERREIRA, 1988, p. 54)

Segundo Hime (1996, p.50), a Oboré Editorial foi criada em 1978 por 10 profissionais entre jornalistas e gráficos para a prestação de serviços editoriais e jornalísticos a sindicatos. O impulso para essa profissionalização foi o convite do então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Inácio Lula da Silva, para a produção de jornais para trabalhadores da Volkswagen, da Mercedes-Benz e Scania.

Vale lembrar que a Oboré foi a responsável pelo Gibi dos Trabalhadores em 1979, que tratava da saúde dos trabalhadores, do qual falaremos a seguir. Atualmente ela se denomina “uma empresa prestadora de serviços que atua com comunicação popular”. A partir de 1993, passou a desenvolver projetos com trabalhadores rurais e com rádio. No ano seguinte, também se envolveu com formação complementar de estudantes de jornalismo e oficinas para comunicadores populares.<sup>1</sup>

### ***A comunicação em saúde do trabalhador***

As experiências sindicais de comunicação<sup>2</sup> serviram, por exemplo, para denunciar as péssimas condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores. Foi o que aconteceu depois da I Semsat (Semana de Saúde do Trabalhador), organizada em 1979 por 49 sindicatos e seis federações do estado de São Paulo. Além do evento, que contou com a participação de 1.800 trabalhadores em um total de 13 encontros, foi produzido o Gibi dos Trabalhadores. Com ilustrações<sup>3</sup>, o material explicava os riscos das poeiras com sílica, de algodão, linho, cânhamo, sisal ou amianto no trabalho, que geravam doenças pulmonares, e como deveria ser feita uma proteção efetiva. A solução passava por medidas de engenharia como exaustão, umidificação e ventilação.

Outra ação ligada à Semsat foi a criação do Diesat (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho) em 1980. Inicialmente 16 entidades sindicais formaram a primeira diretoria. O órgão realiza estudos, assessora sindicatos para a melhoria das condições de trabalho e produz materiais de comunicação, sempre informando sobre o direito à saúde no trabalho<sup>4</sup>. Produziu o livro “De que adoecem e morrem os trabalhadores”, em 1984, e, por 11 anos, a Revista Trabalho & Saúde. Atualmente tem um informativo mensal, site<sup>5</sup>, blog<sup>6</sup> e twitter<sup>7</sup>.

Após a I Semsat, ações sindicais de comunicação voltadas para o direito à saúde e segurança no ambiente laboral passaram a ser desenvolvidas. Uma das iniciativas foi o Informativo Oi - Operário Inteiro, nascido em agosto de 1981, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região. O então técnico de segurança Antonino de Freitas, que trabalhava em uma metalúrgica, escolheu esse nome para dizer que “manter a segurança no trabalho

## EXERCENDO O DIREITO DE COMUNICAR

---

seria a manutenção do operário inteiro”.

A primeira edição contou com oito páginas e 2500 exemplares. A tiragem aumentou e chegou a 10 mil. A maior edição foi a 54, dedicada à ilustração, com 58 páginas. A circulação ocorreu até março de 1995, somando um total de 59 edições. Com uso de muitas charges, que contou com colaborações de cartunistas como Laerte e Glauco, o Oi buscava falar de segurança e saúde com os trabalhadores em uma linguagem acessível. O material foi relançado como revista on line em 2011, com edições semestrais.

O sindicato de Osasco também produziu dois livros que tiveram repercussão nacional. O primeiro deles foi o livro “O ambiente de trabalho e suas VÍTIMAS”, lançado em 1995. O forte da publicação eram as imagens, que denunciavam as marcas deixadas pelos acidentes de trabalho. Perdas de membros, queimaduras e ferimentos apareceram em fotos de trabalhadores, que tiveram a vida modificada pela falta de segurança no ambiente laboral. A outra publicação, “Rompendo o silêncio”, contou as histórias das vítimas de acidentes e doenças do trabalho, além de trazer reflexões sobre problemas relativos à saúde e segurança do trabalhador. A obra, lançada em 1999, teve sete edições.

Uma nova obra foi produzida e lançada em agosto de 2011 pelo mesmo sindicato: “Uma história sem heróis - Registros da luta por saúde e segurança dos trabalhadores”. A publicação retrata diversos episódios vivenciados a partir de 1979 e as ações desenvolvidas desde então em busca de melhores condições de trabalho. O acervo dos metalúrgicos de Osasco, composto por fotos, documentos, cartilhas, informativos, matérias veiculadas na imprensa e livros, serviu de base para a confecção do livro. São abordados temas como acidentes e doenças no trabalho nos últimos 32 anos, além de iniciativas para formação e informação.

Outro sindicato a usar o livro como meio de discutir questões a saúde dos trabalhadores é o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. Também lançado em agosto de 2011, “Saúde dos Bancários” reúne artigos de pesquisadores brasileiros e internacionais sobre as condições de trabalho e o adoecimento da categoria. São textos sobre temas como desgaste mental, assédio moral, ergonomia, organização do trabalho e LER/DORT (Lesões por Esforço Repetitivo / Doença Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho). Organizado pelo professor da Escola Politécnica da USP, Laerte Idal Sznelwar, traz autores como o psiquiatra francês Christophe Dejours.

Já o Sintracon-SP (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo), quando o assunto é comunicação e o direito à saúde e segurança no trabalho, tem investido na produção de gibis temáticos. O primeiro deles foi “Prevenção de Acidentes do Trabalho em Serviços de Manutenção de Fachadas”. Em novembro de 2005, mais seis cartilhas foram lançadas: “Equipamento de Proteção Individual”, Sistemas de Proteção Coletiva”; “Demolição – Saúde, Segurança e Meio Ambiente”; “Gerenciamento e Controle”; “Treinamento x Função: Treinamento em Segurança e Meio Ambiente”; “Áre-

## EXERCENDO O DIREITO DE COMUNICAR

---

as de Vivência – Logística e Canteiro”. Todas tiveram tiragem de 1 milhão de exemplares, o que permite que ainda hoje alguns desses materiais sejam distribuídos nos eventos do sindicato.

Um desses encontros foi o 4º ENEC (Encontro Estadual de Cipeiros da Construção Civil), ocorrido no dia 12 de agosto de 2011 durante uma feira de segurança e saúde na cidade de São Paulo, a EXPO Proteção. Cerca de 400 trabalhadores se reuniram para discutir o papel da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Além de participarem do debate, receberam do sindicato gibis sobre proteção coletiva, demolição e áreas de vivência. O de proteção coletiva, por exemplo, apresenta a partir dos diálogos dos trabalhadores os sistemas necessários para prevenir quedas, como o guarda-corpo, explicando quando deve ser usado. As quedas estão entre as maiores causas de acidentes do trabalho na construção, juntamente com soterramentos e choques-elétricos.

Os trabalhadores também receberam outra publicação – “Cartilha do Trabalhador – a CLT trocada em miúdos”. Com 276 páginas, o livro, publicado em julho de 2010, foi escrito pelo juiz aposentado e advogado sindical José Carlos de Arouca. A primeira obra do autor voltada para trabalhadores data de 1970 – “Os caminhos de uma reclamação trabalhista”. O texto de 2010 buscou “traduzir” a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e mostrar onde estão os direitos dos trabalhadores nessa lei e também na Constituição. São tratados temas como dano moral, assédio sexual, assédio moral, fundo de garantia, seguro desemprego, trabalho autônomo, terceirização, jornada de trabalho e acidente do trabalho.

### ***Considerações finais***

Todas essas iniciativas dão a voz aos trabalhadores ao falar dos problemas que os atingem e informar sobre os direitos que possuem. É o direito à comunicação, considerando que os sindicatos são formados por parcelas do total de trabalhadores, e também o direito à informação, já que aqueles trabalhadores que não participam da elaboração receberão os materiais e conhecerão os direitos, no caso dos exemplos dados, à saúde e segurança no trabalho.

Já as experiências da Igreja mostraram como o exercício do direito de comunicação fez parte de uma ação educativa e de mobilização social, em que o povo se reconhecia como sujeito e assumia, como protagonista, a luta por melhores condições de vida.

**Referências bibliográficas**

AROUCA, José Carlos. *Cartilha do Trabalhador: a CLT trocada em miúdos*. São Paulo: Sintracon/SP, 2010.

CLEMENTE, Carlos Aparício, REIMBERG, Cristiane Oliveira, PERPÉTUO, Geraldo. *Uma história sem heróis: Registros da luta por saúde e segurança dos trabalhadores*. São Paulo: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, 2011.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

FESTA, Regina. *Movimentos sociais, comunicação popular alternativa*. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs). *Comunicação Popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p.9-30.

FREI BETTO. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 4ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 115p.

GOMES, Gilberto Pedro. *Jornalismo nas Comunidades Eclesiais de Base: estudo de caso do jornal Grita Povo da região episcopal de São Miguel Paulista-SP*. 1987. 254f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

GOMES, Sérgio. *Gibi dos trabalhadores*. São Paulo: Oboré Editorial, setembro de 1979.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. *Jornalismo de organização e reivindicação do trabalhador*. In: LOPES, Dirceu Fernandes, COELHO SOBRINHO, José, PROENÇA, José Luiz (Org.). *A evolução do jornalismo em São Paulo*. São Paulo: EDICON, ECA/USP, 1996.

MARQUES DE MELO, José. *Igreja e comunicação*. In: SOARES, Ismar O.; PUNTEL, Joana (org.). *Comunicação, Igreja e Estado na América Latina*. São Paulo: Paulinas/UCBC, 1985. p.59-70.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)> Acesso em: 8 jul. 2011

\_\_\_\_\_. *Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos*, 1966. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/pacto\\_dir\\_politicos.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_politicos.htm)> Acesso em: 30 set. 2011

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PUNTEL, Joana T. *A igreja e a democratização da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1994.



EXERCENDO O DIREITO DE COMUNICAR

---

SAMPAIO, José Carlos de Arruda. *Sistemas de Proteção Coletiva*. São Paulo: Sintracon/SP, Tema 2, Ano 1, N. 1.

SOARES, Ismar Oliveira. *A comunicação de resistência no movimento popular ligado à Igreja Católica*. São Paulo: ECA/USP, 1994.

\_\_\_\_\_. *Do Santo Ofício à Libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a Comunicação Social*. São Paulo: Paulinas, 1988.

SZNELWAR, Laerte Idal (org.). *Saúde dos bancários*. São Paulo: Publisher Brasil, Editora Gráfica Atitude Ltda, 2011.

**Notas**

<sup>1</sup> Mais informações em: [www.obore.com.br](http://www.obore.com.br)

<sup>2</sup> Informações obtidas em pesquisa realizada junto aos arquivos do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região durante o primeiro semestre de 2011 para a elaboração do livro “Uma história sem heróis – Registros da luta por saúde e segurança dos trabalhadores”, lançado pela organização sindical em agosto de 2011 durante a comemoração de seus 48 anos de existência.

<sup>3</sup> As ilustrações foram feitas por Fausto e Laerte, já o jornalista responsável foi Sérgio Gomes, da Oboré.

<sup>4</sup> Outras Semsats também foram organizadas pelo DIESAT até 1995. No total, ocorreram doze edições da Semana de Saúde do Trabalhador.

<sup>5</sup> [www.diesat.org.br](http://www.diesat.org.br)

<sup>6</sup> <http://diesat.blogspot.com/>

<sup>7</sup> @Diesat\_